



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MAL-ESTAR JUVENIL E PODER SIMBÓLICO: NOTAS CONTRASTADAS SOBRE A *GERAÇÃO À RASCA* PORTUGUESA

João Sedas Nunes
CesNova/FCSH/UNL
joaosedasnunes@fcs.unl.pt

A génese da *geração à rasca* portuguesa radica numa expressão utilizada por um jornalista português, Vicente Jorge Silva. Nos já recuados idos de 1994, no editorial do jornal que dirigia, este jornalista rotulou *geração rasca* os jovens portugueses que, sob diversas formas, nesse ano protestavam contra a lei da República que actualizava/fazia subir significativamente o valor das propinas universitárias, valor que não conhecia modificação nominal desde os anos 50. O pretexto para a etiquetagem foi um episódio em que um grupo de jovens do sexo masculino interrompeu uma sessão académica que contava com a presença da Ministra que tutelava o Ensino Superior. Nessa circunstância esse grupo voltou costas ao estrado, baixou as calças e mostrou as nádegas deixando ler a frase *Não pagamos*.

Não demorou muito a que a reacção viesse. Um activista político de esquerda, então vivamente envolvido na contestação à Lei das Propinas, replicou que aquela não era uma *geração rasca* mas, sim, uma *geração à rasca*. Introduzindo a contracção à o substantivo muda completamente de figura. De coisa vulgar, ordinária, medíocre, transmuda-se em coisa aflita, atormentada, oprimida, que conhece dificuldades ímpares, em suma em sérios apuros.

Passada a espuma desses (longos) dias uma e outra expressões, apesar de afloramentos breves, conjunturais e por regra muito circunscritos à exegese intelectual, conservaram-se fora da órbita das formas simbólicas objecto e ferramenta de lutas, conflitos, disputas e controvérsias sociais e morais.

Porém, recentemente – falamos já do corrente ano (2011), um movimento auto-intitulado precisamente “Geração à rasca” veio a terreiro denunciar a gritante injustiça



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de que “os jovens” seriam alvo, impossibilitados de prosperar e concretizar o seu potencial por terem sido arrastados para combinatória de precariedade laboral e baixas remunerações. Em Março, servindo-se para o efeito em grande medida das redes sociais virtuais, o movimento organizou uma manifestação de dimensão considerável¹ que percorreu ordeiramente a principal artéria da cidade de Lisboa – a Av. da Liberdade. Essa manifestação firmava-se ideologicamente num manifesto que – entre a indignação e a exigência de solução para a situação de indignidade a que seriam votados e o mal-estar difuso porém muito concreto que experimentariam, solução de que a “Geração à rasca” pretendia ser parte – claramente definia os seus parâmetros simbólicos. Trata de/representa a) uma geração, que se distingue mas não deseja hostilizar as outras gerações, b) integrada por certos “seres”: desempregados, ‘quinhentoseuristas’ e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal, c) que avoca a condição diferenciada de geração com o maior nível de formação na história do país.

A semântica das dificuldades e dos apuros experimentados pela geração reemerge, como se vê, não sem novidade. Na redacção de carta reivindicativa o “movimento” repercute materialmente duas teses catastrofistas acerca dos jovens, sobretudo das suas franjas altamente escolarizadas/qualificadas, teses que, a par, há algum tempo vinham enraizando com êxito na percepção político-mediática. Esse par de teses é o de que, por um lado, os jovens do começo da segunda década do séc. XXI seriam excepcionalmente vulneráveis ao desemprego, a vinculações laborais precárias e a remunerações baixas (aquém do seu estatuto académico); por outro, por causa dessas marcas das inserções laborais juvenis (e da defraudação de expectativas que se lhes aliará), reinaria entre os jovens (condição aberta a um largo espectro etário) um desalento generalizado.

Prescindimos aqui do objectivo de desmontar esta parelha de teses convergentes – a clarificação de que não resistem ao cotejo na evidência empírica está feita, em artigo que conhecerá em breve a luz do dia². Ocupar-nos-emos outrossim de restituir

¹Com mais de 100000 participantes, mas segundo alguns relatos passando a fasquia do ¼ de milhão.

²Vale a pena apesar de tudo reter o que, na sua conclusão, a culminar a apresentação de abundante evidência empírica, escrevemos (Chaves, Nunes, 2009): (...) com efeito não é verdade: 1) que o desemprego qualificado seja em *termos absolutos* muito expressivo – é aliás reduzido quando se introduz na caracterização da situação dos diplomados perante o mercado de trabalho a abordagem longitudinal para captar as trajectórias de inserção profissional; 2) que o desemprego qualificado seja *em termos*



sociologicamente o grupo – a *geração à rasca* – que condensaria realmente essas duas teses, ou seja, o grupo cuja própria existência as validaria – torná-las-ia inegáveis.

Fá-lo-emos, todavia, importa ressaltar, a partir da perspectiva (sociológica) que abdica de uma definição prévia de um conjunto frágil (Boltanski, 1982) para reconstruir a sua sociogênese, fazendo assim emergir a natureza sócio-histórica das formas institucionais que adquiriu que lhe garantem coesão interna. Esta perspectiva implica mostrar que na capacidade de realizar (no sentido literal do termo, isto é, de tornar reais) ficções grupais se inscrevem relações de poder simbólico e político a que é crucial atender sob pena de não ser possível perceber porque vingam certas representações do grupo – a *geração à rasca* como outro qualquer. Há – é isso que queremos frisar – uma diferença *que faz toda a diferença* entre produzir a classificação, ou impor a sua inserção num certo regime de acção, e estar exposto (ou ser vulnerável) a classificação alheia sem muito poder fazer para a alterar, ou tão-só contrapor-lhe.

Para se perceber esta diferença, e portanto o quanto as construções sociais realizadas, quer dizer, transfiguradas em realidades sociais devem ser inscritas sempre num espaço de relações de poder, introduziremos no argumento a fabricação de um outro grupo ocorrida num outro contexto uns anos antes. Aceleramos, com efeito, para uma revisitação aos acontecimentos nos *banlieues* de Paris em Novembro de 2005, acontecimentos que tanta tinta fizeram correr nesse ano mas também nos vindouros sob as mais diversas espécies simbólicas: artigos de opinião, científicos, tomadas de posição políticas, regulamentos camarários, etc. Dissipada há muito a carga dramática, fazemo-lo não para explicar/decifrar directamente os tumultos, o excesso juvenil, aparentemente gratuito, sem objecto, sem desígnio, ou para cotejar gamas de causas estruturais que a montante os hajam permeado, mas para considerar e aclarar

relativos mais sentido – os dados mostram que (...) o sobreinvestimento académico compensa; 3) que os diplomados estejam muito expostos à desclassificação social – constata-se uma homologia estrutural entre o nível de formação e a categoria sócio-profissional – ou que “têm de aceitar tudo” – pelo menos tanto quanto os próprios testemunham o “desajustamento horizontal” é mais a excepção do que a regra nos processos de inserção profissional, mesmo nas áreas científicas mais sensíveis aos constrangimentos do mercado de trabalho; 4) que o desalento, a decepção e a desilusão sejam tendências dominantes na relação dos diplomados com a escola e o trabalho. Se outro mérito não tivesse, esta última “descoberta” obriga-nos a não descurar a importância analítica que os aspectos intrínsecos adquirem no confronto dos diplomados com o mundo profissional mas também, a montante deste, com o próprio ensino superior, mormente na escolha de cursos ou áreas de conhecimento.



os processos sociais de construção de identidades grupais que *sobre a violência* praticada e não menos importante classificada cursaram e continuam a cursar.

Ponto de partida para este exercício. O *outro das bernardas* dos subúrbios de Paris³ (alastradas aos arredores de algumas outras cidades da Europa Central) não é bem um outro; é, antes, uma condição de acção criada no interior da sociedade francesa. Índícios disso mesmo? Pelo menos três.

a) nos (poucos) testemunhos (a que tivemos acesso) dos jovens ditos vândalos dos subúrbios problemáticos, das *cités guetizadas*, não se observou o mínimo afloramento de contra-valores ou contra-representações (ou valores e representações irreconhecíveis) – bastará realçar o sentido de justiça tipicamente republicano de alguns dos jovens (Fassin, 2006) aos quais se ouviram os mais veementes protestos e indignações, denunciando o hoje Presidente da República (à época Ministro do Interior) Sarkozy justamente por não cumprir as obrigações igualitárias e fraternais do procurador do Soberano.

b) na apresentação que produziram de si próprios, convocaram a pauta francocêntrica do *arabe* ou do *maghrébin* como argamassa do nós, do grupo.

c) não eram imigrantes, muitas vezes nem sequer os filhos destes, os actores da destruição de património público e privado e ataques à polícia, a de choque e a outra – facto que se tende a esquecer na reprodução mecânica da *malaise des banlieues*.

Daqui extraímos três ideias centrais. Afloramos as duas primeiras; desenvolvemos (um pouco) mais a terceira.

1. Declinar a implícita geografia do mal.

Na hierarquia dos *topos* mais sombrios da *cartografia francesa (político-mediática) do mal* as *cités* ocupam lugar destacado. Perguntar-se-á – questão evidentemente retórica – o que acontece, pode acontecer a um de nós, *normais* – aludindo aqui a uma ironia conhecida de Goffman (1990, p. 15), quando por lá passa ou por lá se dedica a rasurar/desmistificar *o mal*? Não se trata de atacar as narrativas que são

³ Vale a pena lembrar que não são dos últimos anos episódios como os observados dias a fio nos arredores desfavorecidos de Paris. No início dos anos 80, em *Les Minguettes*, nos subúrbios de Lyon, grupos de jovens muçulmanos de segunda geração, então reivindicando a nacionalidade francesa que lhes estava vedada, provocaram distúrbios públicos semelhantes, incluindo o (espectacular) incendiamento indiscriminado de automóveis.



produzidas; trata-se outrossim de sublinhar que tais narrativas, como todas as diegeses sobre *lugares diabólicos* que procuram *outro ângulo de abordagem*, tendem a não ir além do *outro lado da moeda*: as *figuras imaculadas*, os *heróis da desgraça* de que fala Luís Fernandes (Chaves, 1999, p. 298), persistindo assim a visão maniqueísta e moralmente informada dos bons e dos maus, dos virtuosos e dos vilões, dos *law-abiding citizens* e dos *outlaws*. Para esta redução, que inadvertidamente reproduz o estigma, concorrem mesmo as melhores das mais bem-intencionadas tenções.

2. Rejeitar o problema da integração.

A questão de fundo não é de *não integração* na sociedade francesa. Até certo ponto parte da questão é exactamente a inversa: de *integração* numa sociedade, como ordem sócio-simbólica, que, na sua constituição, no seu funcionamento, nas suas dinâmicas, é intrinsecamente contraditória. Por um lado, suscita e estimula, dir-se-á: impõe o desejo e a aspiração universal, isto é, de todos ao consumo de todo o género de bens materiais e simbólicos, à cabeça os signos de poder e prestígio (regime de desejo e aspiração que, no caso das *comunidades magrebinas*, a verdadeira geração de imigrantes, menos integrada, não partilha). Por outro lado, reserva a uns quantos, poucos, a posse e/ou usufruto legítimo desses mesmos bens.

3. Convocar a questão da construção simbólica e política do outro.

Falar de choque de culturas, de valores, conflito civilizacional, como se, parafraseando Eça de Queirós a propósito dos ingleses, os magrebinos nunca se *desarabenizassem*, até ver não faz qualquer sentido (adiante perceber-se-á esta formulação aparentemente contraditória). O *outro da questão* é um grupo francês em formação, produto de um complexo, histórico, colectivo trabalho simbólico e político de reagrupamento, inclusão, exclusão, definição, delimitação, reconhecimento e institucionalização no decorrer do qual vai sendo dotado de uma homogeneidade e coesão relativa (Boltanski, 1982).

A confessa desorientação das autoridades políticas com a falta de interlocutores do lado dos jovens supostamente magrebinos em fúria vândala durante as longas noites quentes constitui um bom ponto de partida para perceber a complexa construção em causa. Dizia-se: *não têm porta-vozes com os quais seja possível dialogar, negociar*.



À crise da desordem pública juntava-se a crise da representação dos desordeiros. Sem dissolver esta não era possível accionar as tecnologias sociais e políticas que permitem mitigar os litígios quotidianos a partir da sua inserção na ordem da acção/reivindicação colectiva e dos conflitos de grupo/categoria.

Tais porta-vozes nunca chegaram a ser encontrados, mas foram rapidamente substituídos quer por representantes mais idosos da comunidade quer por intérpretes legítimos (designadamente, peritos das questões sociais) da orgiástica destrutiva dos jovens. Uns e outros vieram explicitar (e explicar) a tipicidade específica da vida dos jovens e, não menos importante, escudá-los num *regime de justificação* (re)conhecido. Com efeito, envolveram-nos numa causa a partir da denúncia de uma injustiça gritante – as formas mais ou menos ocultas de xenofobia, amiúde racista, a que estão sujeitos – que se exerce não só sobre os próprios jovens como sobre toda a *comunidade imaginada* a que eles pertencem. Em síntese, a caracterização fornecida foi a seguinte: são de origem magrebina, muçulmanos (amiúde desinteressados do culto e do Corão), predestinados ao inêxito escolar e ao desemprego e a continuar nas fileiras do subproletariado miserável, desintegrados, excluídos, relegados para as margens da sociedade, sofrendo na invisibilidade, vivendo existências contrastantes ou dúplices – obedientes, afectuosos e solícitos em casa, perante a família; arruaceiros e delinquentes impiedosos na rua, perante o *gang*; discriminados pela tez e pela pronúncia; desesperados, ressentidos, etc.

Nos sucessivos ensaios lógicos e normativos que mentores e intérpretes (comentadores políticos, etc.) foram compondo e entretecendo, a polimorfia e a heterogeneidade do grupo imaginado tenderam a ser rasuradas em benefício de equivalências e similitudes entre pessoas através da gama de interesses, problemas e inclinações comportamentais que (supostamente) partilham. Gama que duplamente caracterizará o grupo: porque os seus membros a experimentam; porque em nenhum outro grupo, mormente o simétrico – o grupo dos *nativos* (ou *genuínos*) *franceses* – será conhecida (ao menos de modo tão brutal e crónico).

Curiosamente, um dos traços dissipados respeita à própria condição de classe dos jovens revoltados/envolvidos em tumultos. Entre os “arruaceiros”, compondo a “ralé” não se encontravam apenas *beurs*, isto é, descendentes de imigrantes



magrebinos. O grupo abria-se a jovens “comuns”, que trabalham, principalmente operários ou empregados (...), jovens escolarizados, entre os quais estudantes orientados para carreiras que eles percebem como de rejeição social, alunos em liceus, bem como estudantes de faculdade ou ainda dos cursos técnicos superiores (Beaud, Pialoux, 2006, p. 39). Passando tudo isto em claro, estava assim plenamente restaurada a urdidura lógica (cognitiva) do grupo, uno, homogêneo, como forma de classificação (mental) pré-estabelecida. Tudo fazia de novo bastante sentido político – porque justamente é nessa pauta de *metonímia representacional* (e de comodidade cognitiva) que concorda a *doxa* política.

Não sugerimos – é bom acautelar – que o grupo em causa foi inventado na hora, efeito instantâneo de um conjunto de episódios de perturbação aguda da ordem pública. O trabalho político de reagrupamento, sob diferentes modalidades, vinha muito de trás (cite-se apenas a aglomeração habitacional nas *cités* e a interdição do uso do véu islâmico na escola pública). Como também não pretendemos afirmar que se tratou de uma mera nativização do estranho⁴, do outro, do imigrante, do árabe, do magrebino. Como ainda não queremos dizer que seja tudo fabricação, mistificação política e institucional sem qualquer fundo de verdade.⁵ O que nos limitamos a dizer é que o momento de crise, ao suscitar uma espiral enunciativa capaz de reduzir a crise, isto é: capaz em primeira instância de *normalizar enquanto problema oficial da sociedade*, criou condições excepcionalmente propícias ao trabalho de definição e institucionalização francesas do grupo ora tornado realidade incontestável e incontornável. Por outras palavras, o *outro norte-africano* na sua declinação juvenil, ou seja como *maghrébins/beurs*, consagrou-se como princípio de identidade ao qual é emprestada uma crença colectiva cuja força vem de existir com a garantia (e através dos principais instrumentos e procedimentos de classificação) do Estado francês.

⁴ Até porque o estranho não cumpre apenas uma função integradora; ou não é só o artefacto duma mecânica integradora. Acompanhamos Bauman quando afirma (2007, p.137) que os habitantes da cidade conhecem uma estratificação definida pelo grau em que (...) podem *ignorar* a presença dos estranhos e continuar ao abrigo dos perigos que essa presença prenuncia. Deste curto excerto consta todo um programa de investigação que nos intima a nunca perder de vista que os recursos e o poder constituem uma dimensão central das relações sociais.

⁵ A este propósito, leia-se a interessante síntese de Stéphane Beaud et Michel Pialoux (2005), "La «racaille» et les «vrais jeunes». Critique d'une vision binaire du monde des cités", *Liens Socio*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Note-se que a própria urgência (ou compulsão) de explicação com vista a dar respostas rápidas e eficazes concorreu para reforçar a existência real do grupo, isto é, fortalecer a sua autenticidade. Ao vitrificar em prefácios condenatórios da violência, em usos acríticos de categorias de pensamento *prêt-à-porter* como integração, exclusão, inclusão e desenraizamento, na noção estéril de multiculturalismo, a explicação portátil cooperou no processo de unificação do grupo como anel de *Lebenswelt* deprimido, marginal, atópico.

Desta complexa realização resulta ainda uma importante consequência. O que parece ser o acesso por fim de um grupo antes informe, sem peso político, à ordem da representação política legítima, significa que outras formas potenciais e até concorrenciais de reagrupamento terão menos hipóteses de vingar. Por outras palavras, a consolidação do grupo emergente como norte-africano e muçulmano tende a impedir que outros grupos baseados na combinação desses atributos com outros ou apenas noutros (por exemplo, de classe) possam surgir, objectivar-se.

E dessa consequência geram-se outras. Destacamos uma em especial pela sua relevância política. Na instituição do grupo e da identidade que lhe faz par como lugares onde a desigualdade repercute, lugares de destituição, de atrofia, de impasse, em suma: de injustiça multidimensional que o Estado francês reconhece mas pouco faz para eliminar, nessa instituição *nas coisas e nas mentes* germinam condições favoráveis para que os membros do grupo sejam vulneráveis (ou receptivos) a retóricas instrumentais de radicalização islâmica. Se o *Daqui vê-se a França*, expressão empregue por alguns habitantes das zonas deprimidas de Aulnay-sous-Bois ao mirarem ao longe a Torre Eiffel, não pode ser idealização do futuro mas apenas miragem, ou melhor: desalento irónico que espelha, na diferença, uma experiência colectiva unitária de exclusão injusta, de sentimento de rejeição, produto de um ostracismo humilhante que o próprio grupo discriminador oficialmente reconhece e condena, então muitos membros do grupo serão tentados a levar a *apostasia* às últimas consequências e a geometrizar o presente adverso na utopia fundamentalista (que, em contraponto à ausência de futuro, ao menos permite fantasiá-lo). Se isso um dia suceder, então sim poder-se-á falar com propriedade de *conflito civilizacional* com aqueles que não respeitam *o contrato social*. Mas com



uma ressalva. *Conflito civilizacional* à maneira das (falsas) tradições históricas que do mesmo passo que se inventam quotidianamente mobilizando recursos materiais e simbólicos de Estado desencadeiam, por conformismo lógico, a amnésia da sua sociogénese pública.

Seria por certo precipitado afirmar que o *conflito civilizacional* já se codificou nos sentidos comuns. Mas menos irreflectido será afirmar que já se insinua/aflora num arbitrário cultural difuso que transita no entendimento político-mediático. A mesma pauta/*doxa* cultural que convida a descobrir na *dementia terrorista* a decadência e a regressão civilizacional das sociedades tuteladas pelo Islão; decadência que, à pequena escala, quer dizer, à escala das *cités*, prossegue na indigência, na (pequena) delinquência, na *racaille*, como os emissários do (verdadeiro) terror também ela relativamente incompetente e primária, na organização e nas tecnologias sociais que transformam em todas as situações os *beurs* em suspeitos por natureza: seja como potenciais aliados das acções terroristas, seja como “muçulmanos” contrários à lei do véu (Beaud, Pialoux, 2006: 42). Não é com efeito inconcebível que, entalados no conflito civilizacional, devenham essas figuras preditas (previsíveis). Como as prostitutas estudadas por Pheterson (1996), incapazes de descolarem da codificação estigmática que permeia a sua identidade, de que são a cifra pública, resolverão o problema hiperbolizando a condição, transformando-se em *beurs* militantes.

Os jovens portugueses que, em Março passado, na capital portuguesa desceram a Av. da Liberdade enxertando na sua revolta geracional um repertório de dispositivos e objectos que encontra a prova modelo da *cité* cívica (Boltanski, Thévenot, 1990) não terão, reconhecer-se-á, muito a ver com os *beurs*. Mas isso não obsta a que, tal como o fizemos para o conjunto “francês”, encaremos o grupo veiculado na expressão *geração à rasca* como produto de um trabalho simbólico e político de construção de um grupo homogéneo e coeso.

Mais: como já frisámos, esse trabalho de construção do grupo paradoxalmente implica por outro lado a amnésia dos atributos sociais que o demarcam. É que, na verdade, as figurações juvenis que se insinuem na definição de cada grupo incorporam viés social; correspondem a certas posições e densificações subjectivas no espaço social. Na construção do grupo, ou mais exactamente nas operações que veiculam a propriedade



(comum) de pôr em equivalência pessoas, as quais se tornam assim comensuráveis (mensuráveis e identificáveis através de noções comuns) (Desrosières, Thévenot, 2000), vincar-se-á então a universalização de interesses, problemas e inclinações específicos.

Universalização que, nos dois casos comparados, ao ganharem amodo político, no contexto da sociedade singularista (Martuccelli, 2010), promovem a intersecção de duas gramáticas bem conhecidas: a da injustiça (objectiva) e a da vexação (subjectiva), que eventualmente se compatibilizarão através de provas nas quais vibrará uma ressonância interindividual equidistante de ambas. Explica Martuccelli (tradução nossa) (2010, pp. 244-245):

No contexto do singularismo contemporâneo (...) a gramática da injustiça objectiva é (...) prolongada, mesmo inflectida, pela gramática da vexação subjectiva – ou do sofrimento. A construção política dos danos ressentem-se disso. Por um lado, a experiência pessoal, para produzir eco nos outros, serve-se sempre da gramática da injustiça, numa ascensão em generalidade graças à qual se constrói uma queixa através da articulação do particular ao geral. Por outro lado, a experiência pessoal, dado que enraíza em problemáticas subjectivas, semi-opacas mas nunca inteiramente ignoradas, activa o vocabulário da vexação ou do sofrimento, através de uma disposição em singularidade construindo uma queixa por identificação empática, por compaixão ou piedade dirigida ao outro que sofre – do particular para o particular. (...) A sociedade singularista (...) convida a avaliar a possibilidade não de escolher a segunda estratégia contra a primeira mas de avivar uma outra forma de ressonância interindividual, graças às provas, equidistante de ambas as gramaticalizações.

Mas não devemos deixar que a semelhança de processos e gramáticas ofusque diferenças cruciais que separam as duas construções. O que os distingue afinal, perguntar-se-á, além da evidência de que as objectivações que concorrem na *geração à rasca* não tramam um conflito civilizacional. Parte (necessariamente incompleta) da resposta a esta questão obtém-se observando uma última – até ao momento – operação de redefinição da *geração à rasca*. A semântica dos apuros nela impressa sofre uma guinada significativa (não totalmente inesperada) com a emergência da noção de *geração parva*. A constelação de dificuldades, angústia e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

exploração ganha um vinco especial na combinatória entre credulidade ingénua e insídia. Os jovens ter-se-iam aplicado em estudos prolongados para nada, atraídos por engodo ilusório. A essa inflexão está, por seu turno, associada uma digressão culturalista ou, para ser mais rigoroso, uma coroação da economia moral que fundava a indignação juvenil demarcada na *geração à rasca* numa economia estética que lhe augura uma saída pela via da sublimação mas também dos sistemas de classificação (linguística) que tra(z)em o poder (simbólico) de classificação acumulado pelos diferentes grupos sociais. A noção *geração parva* é crismada na letra de uma canção intitulada *Parva que Sou* da autoria de um grupo chamado *Deolinda*. No refrão diz-se...

E fico a pensar

Que mundo tão parvo

Onde para ser escravo é preciso estudar

... denunciando a espada de Dâmocles que adeja a curta distância de suas nuças. Os Deolinda, e com eles a geração a que pertencem, sentem-se impotentes, desarmados e enganados, vítimas até da sua própria candura (candura induzida, bem entendido), tanto mais que a aposta escolar em que diligentemente se empenharam prometia recompensas de toda a sorte, material e simbólica. Do que sabem, do que experimentam – o encontro com o mercado de trabalho como *inaudito penar* que liquida o presente e compromete o futuro – esse sistema de prémios pura e simplesmente implodiu.

É preciso então entender que, se é verdade que a relação entre modalidades de conhecimento e de acção não é simples, que os seres que nela se moldam e dela extraem não são espécimes forçosamente assimétricos (postados hierarquicamente) ou o produto de um guia prático (uma ordem de grandeza) oculto, objectiv(ad)o numa configuração particular de relações sociais, tal não autoriza a decretar axiomáticamente a pulverização do poder, encarada como noção (nefasta) que entrava o progresso da razão sociológica.

Creemos que o nosso exercício contrastado constitui desta asserção clara ilustração. De facto ele torna patente que a melhor hipótese de que dispomos para explicar as diferenças de estabilidade axiológica, ou melhor, de expectativas normativas que permeiam a *geração à rasca* e os *beurs* como ficções sociais realizadas é precisamente



o poder que de forma mais difusa ou mais institucionalizada tais conjuntos historicamente concentraram.

É certamente essa a hipótese que melhor dá conta das diferenças não apenas de competência reflexivo-crítica mas de capacidade de impor na esfera pública os produtos da actividade crítica (indignação, denúncia, etc.) que essa competência gera – como dispensar a sua articulação com recursos de natureza cultural e cognitiva? Como rasurar esta dimensão quando constatamos que aos *beurs*, quanto ao trabalho social de (auto-)reconhecimento que duplamente interpretam e objectivam, está vedada a possibilidade de se reconstruírem a si próprios, sendo forçados a entrar na constelação de significações que a classificação social lhes impõe?

Talvez o exemplo mais cristalino extraído do nosso exercício contrastado de que não podemos *largar mão* do poder na análise dos fenómenos sociais resida no facto de os jovens que compõem a *geração à rasca* não correrem o risco de se verem expostos à utilização – comum entre muitos empregadores franceses – da própria categoria social *jovens* como eufemismo para designar e repelir os *beurs* (Fassin, 2006, p. 192). Sendo jovens, ou seja, sujeitos dotados de uma identidade colectiva reconhecida, como os *beurs* queiram ou não serão sempre protagonistas e objectos de processos sociais de *ad majorem gloriam*, quer dizer, de economias de engrandecimento (e também, anote-se a antitética, de amesquinamento), e de (des)classificação social. Mas sendo jovens dotados de capital cultural (e amiúde social) elevado, ao invés dos *beurs* beneficiam dum poder/autoridade que lhes permite rechaçar (e não apenas polir) a hetero-classificação (determinação do que são e fazem por terceiros), alargando o repertório de definições sociais a que se prestam, ou por meio das quais vêm a revestir identidades “autênticas”. Ilustração disto recolhemo-la no diálogo com os Deolinda imaginado por Rui Tavares, historiador e político português, vinte anos antes envolvido nas lutas de classificação social desencadeadas pelo epíteto *geração rasca*. Escrevia ele no dia 2 de Fevereiro deste ano na sua coluna no jornal *Público*: pois é, Deolinda: que parvos que somos. Que parvos que fomos. Que parvos que temos sido. Mas ninguém pode ser parvo tanto tempo assim. Vê lá: se mudássemos aqui uma letra, e substituíssemos ali por outra – voilà! – ainda iríamos a tempo de ser a geração brava, não era?

Poderá sê-lo, irá a tempo, a translação será mesmo possível? Pouco importa. Ainda que a geração adquira o predicado, provando determinação, coragem, tornando-se aguerrida,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

combativa, mesmo em certas ocasiões agreste, não parece que a ela se possa grudar a película adesiva do *mobile vulgus* que não dá sinais de se destacar dos *beurs* como categoria estruturante – aditar-se-á – da *política do medo quotidiano* (Bauman, 2004, p. 114).

Não, não é pequena a diferença que o poder, muito especialmente o poder de nomeação, o poder de através das palavras fabricar e converter ficções sociais em realidades concretas, faz. A sociologia, seja qual for a realidade social que retenha, cederá à tentação ideológica toda a vez que encarar os repertórios de objectos significativos que constituem o mundo social ignorando o poder que, como dizia Foucault (1985), na sua forma moderna é tão determinante que gera o próprio indivíduo, transmitindo-se através dele, que é assim manifestação e veículo do poder. O que não é incompatível – bem ao contrário – com levar muito a sério a advertência de Thévenot (tradução nossa) (2006, p. 213): se a crise dos modos de representação política está ligada à das categorias utilizadas pelas ciências sociais, para seguir a evolução dos movimentos políticos recentes de contestação, importa conservar distância considerável em relação a essas categorias. Geração e poder não devem fugir a esta regra d'ouro da – permita-se-nos a auto-ironia – objectivação sociológica moderna, do mesmo passo prevenindo *la trahison des clercs* que esta, nas suas composições socialmente mais neutras, tantas vezes atrai.



BIBLIOGRAFIA

- Bauman, Zygmunt (2004 [2001]), *Community. Seeking safety in an insecure world*, Cambridge, Polity.
- Bauman, Z. (2007 [1995]), *A Vida Fragmentada. Ensaio sobre a moral pós-moderna*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Beaud, Stéphane, Michel Pialoux (2005), "La «racaille» et les «vrais jeunes». Critique d'une vision binaire du monde des cités", *Liens Socio*.
- Beaud, Stéphane, Michel Pialoux (2006), "Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005)", *Tempo Social*, vol. 18, n.º 1, pp. 37-59.
- Boltanski, Luc (1982), *Les cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Minuit.
- Caillé, Alain (org.) (2007), *La quête de reconnaissance. Nouveau phénomène social total*, Paris, La Découverte.
- Chaves, Miguel (1999), "O estigma como espelho: notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada", *Fórum Sociológico*, n.ºs 1 e 2 (2.ª série), pp. 289-319.
- Chaves, Miguel, João Sedas Nunes (2009), "Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes", *Fórum Sociológico*, n.º 19 (2.ª série), no prelo.
- Demazière, Didier, Charles Gadéa (dir.) (2009), *Sociologie des groupes professionnels. Acquis récents et nouveaux défis*, Paris, La Découverte.
- Desrosières, Alain, Laurent Thévenot (2000 [1988]), *Les catégories socio-professionnelles*, Paris, La Découverte.
- Dubar, Claude (2000), *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF.
- Dubet, François (1987), *La Galère. Jeunes en Survie*, Paris, Fayard.
- Dubet, François (2009), *Le travail des sociétés*, Paris, Seuil.
- Fassin, Didier (2006), "Conflitos do Outono de 2005 na França", *Tempo Social*, vol. 18, n.º 2, pp. 185-196.
- Foucault, Michel (1985), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal.
- Goffman, Erving (1990), *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*, London, Penguin.
- Honneth, Alex (2008), "Trabalho e reconhecimento. Tentativa de uma redefinição", *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 8, n.º 1, pp. 46-67.
- Martuccelli, Danilo (2010), *La société singulariste*, Paris, Armand Colin.
- Mayer, Ricardo (2009), "Sociologia da experiência e lutas por reconhecimento. Associações de geração de trabalho e renda no sul do Brasil", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 61, pp. 65-85.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Pais, José Machado (2008), “Máscaras, jovens e escolas do diabo”, *Revista Brasileira de Educação*, vol. 13, n.º 37, pp. 7-21.

Paugam, Serge (2009 [1.ª ed., 1991]), *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.

Pheterson, Gail (1996), *The prostitution prism*, Amsterdam, Amsterdam University Press.

Schnapper, Dominique (2006), “L’échec du ‘modele républicain’? Réflexion d’une sociologue”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 4, pp. 759-776.

Thévenot, Laurent (2006), *L’action au pluriel. Sociologie des regimes d’engagement*, Paris, La Découverte.

Wenden, Catherine Wihtol de (2008), “Uma história dos subúrbios”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 56, pp. 37-59.